

# REVISTA MARACANAN

**Dossiê**

## **A trajetória de Pedro Barbosa Leal e as redes de conquistas no sertão da capitania da Bahia, 1690-1730**

*The trajectory of Pedro Barbosa Leal and the networks of conquests in the  
"sertão" of the captaincy of Bahia, 1690-1730*

**Hélida Santos Conceição\***

Universidade do Estado da Bahia  
Jacobina, Bahia, Brasil

**Recebido em:** 22 abr. 2020.

**Aprovado em:** 31 ago. 2020.



---

\* Professora Assistente do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, Campus Jacobina. Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre e graduada em História pela Universidade Federal da Bahia. (helidas@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-1290-7358>

 <http://lattes.cnpq.br/1690749987393548>

## Resumo

Este artigo apresenta a trajetória do coronel e sertanista baiano Pedro Barbosa Leal, a partir da análise circunstanciada dos serviços por ele prestados nas ações de conquista do sertão baiano. Busca analisar sua posição estratégica na rede governativa atlântica articulada entre os governos de D. João de Lencastre e do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses que funcionou entre as décadas de 1690 e 1730. O ineditismo de sua trajetória reside no fato dele ter sido um personagem que viveu entre dois mundos: como senhor de engenho inseriu-se nos principais espaços da nobreza baiana, mas foi como sertanista que conseguiu ampliar o escopo de sua nobreza. A partir da análise de um significativo conjunto de fontes produzidos a partir de suas relações com administradores régios, pode-se atestar a sua agência na rede clientelar articulada entre o vice-rei, os sertanistas e a Coroa. Deseja-se demonstrar que seus serviços prestou-se a colaborar com a administração colonial ao enviar informações estratégicas sobre a ecologia, a geografia e os recursos ambientais disponíveis no sertão da capitania da Bahia.

**Palavras-chave:** Capitania da Bahia. Rede Clientelar. Administração Colonial. Sertanistas.

## Abstract

This article presents the trajectory of the colonel and frontiersman from Bahia Pedro Barbosa Leal, based on the detailed analysis of the services he provided in the actions of conquest of the backlands of Bahia. It seeks to analyze its strategic position in the Atlantic governmental network articulated between the governments of D. João de Lencastre and the viceroy Vasco Fernandes César de Meneses that functioned between the 1690s and 1730s. The originality of his trajectory explained in the fact that he was a character who lived between two worlds: as a mill boss he was inserted in the main spaces of the Bahian nobility, but it was as a frontiersman that managed to expand the scope of his nobility. From the analysis of a significant set of sources produced from his relations with royal administrators, his agency can be attested in the clientele network articulated between the viceroy, the sertanistas and the Crown. It is intended to demonstrate that your services were able to collaborate with the colonial administration by sending strategic information about the ecology, geography and environmental resources available in the hinterland of the captaincy of Bahia.

**Keywords:** Captainty of Bahia. Clientele Network. Colonial Administration. Frontiersman.

Na primeira metade do século XVIII a descoberta de metais preciosos, a conquista de novos territórios e a guerra contra os índios no sertão da capitania da Bahia, ocupou o centro das atenções das autoridades coloniais. O artigo apresenta parte da trajetória do coronel Pedro Barbosa Leal quando o mesmo atuou como agenciador de uma extensa rede clientelar cuja atuação sustentava-se nos expedientes de negociação e exercício do poder local nos distritos auríferos da Bahia. O estudo demonstra que a rede clientelar agenciada por Barbosa Leal era de algum modo tributária de uma rede governativa atlântica criada na década de 1680 e que funcionou até a década de 1730.<sup>1</sup> Procurou-se refletir sobre a atuação desse indivíduo como agente fundamental da geopolítica nas áreas sertanejas a partir uma breve análise das diversas *notícias* produzidas por ele, as quais refletiam seus longos anos de experiência como um prático do sertão. Estas *notícias* versavam sobre a ecologia, os recursos ambientais e o papel dos sertanistas nas guerras brasílicas. A trajetória do coronel Pedro Barbosa Leal pode ser considerada como um exemplo de ascensão social possibilitado a partir do exercício do poder local, da prestação de serviços e outros arranjos políticos que contribuíram para colocar o sertão baiano no mapa de governabilidade da monarquia pluricontinental.

Pedro Barbosa Leal era filho do capitão homônimo Pedro Barbosa Leal, um português de Vianna do Minho e de Maria dos Santos, natural da vila da Patatiba, distrito de Cachoeira.<sup>2</sup> O Pedro Barbosa Leal (pai) havia chegado à Bahia por volta de 1655, juntamente com outros parentes saídos das pequenas vilas do Norte de Portugal. Inicialmente buscaram estabelecer-se como plantadores de tabaco e criadores de gado no Recôncavo baiano, mas também serviu de alferes e depois se tornou capitão numa companhia de ordenança em Cachoeira. No decurso desse tempo ele conseguiu "impedir por vezes as emboscadas e assaltos que o dito gentio costumava fazer às terras da dita fronteira".<sup>3</sup> Fez entradas ao sertão e assistiu aos seus soldados e de outras tropas com seus cavalos e escravos, ou seja, serviu lealmente à Sua Majestade. O capitão solicitou o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo com tença de 80\$000 réis e apesar da súplica que fez à coroa, só conseguiu receber em 1674 a comenda da Ordem de Santiago com uma pensão de 20\$000 réis em reconhecimento aos seus serviços militares.<sup>4</sup> Em 1682 serviu como procurador no conselho municipal de Salvador. Quando faleceu em 1684

<sup>1</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes Governativas Portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: Fragoso, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na Trama das redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 155-202.

<sup>2</sup> Todas as informações genealógicas foram retiradas dos seguintes documentos: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Pedro, mç. 10, doc. 256; ESTEVES, Neuza Rodrigues (org.). *Catálogo dos irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Salvador: Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1977; COSTA, Afonso. Genealogia baiana ou o Catálogo Genealógico de fr. Antônio de S. Maria Jaboatão, adaptado e desenvolvido por Afonso Costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (R. IHGB)*, Rio de Janeiro, v. 191, p. 3-279, abr.-jun. 1946. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

<sup>3</sup> ANTT. Chancelaria da Ordem de Santiago, lv. 18, fl. 283-283v. Cavaleiro de Santiago em 8 jun. 1674

<sup>4</sup> *Idem*.

deixou 7.000 cruzados na Santa Casa de Misericórdia para se dizerem missas em prol de sua alma.

Apesar de não ser possível confirmar o ano de nascimento de Pedro Barbosa Leal (filho), estima-se que ele tenha nascido na década de 1660 e que foi batizado na igreja de São Gonçalo da Cachoeira. Talvez pelo fato de ter crescido no Recôncavo em contato com sua parentela que possuía patentes militares, ele sentiu-se estimulado logo muito jovem a seguir a carreira militar e muito cedo foi provido com a patente de capitão da companhia de ordenanças de Sergipe do Conde. Seus parentes não pertenciam a uma linhagem opulenta, na verdade essa família passaria a maior parte do século XVII como uma “casa” remediada, pois não sendo exatamente pobres, também não integravam o grupo seletivo dos senhores de engenho que formavam a nobreza da terra.<sup>5</sup> Na América a nobreza da terra formou-se a partir da oportunidade de servir ao rei e com isso ascender socialmente. Nas conquistas ultramarinas a recente formação do espaço social e político favoreceu o aparecimento de uma nobreza política ou civil apoiada nos bons serviços prestados à coroa e na reprodução de ideais estamentais aos moldes do pensamento do Antigo Regime.<sup>6</sup> Cada grupo que se arrogava a condição de viver à lei da nobreza desenvolveu diferenciados processos generativos guardando significativas alterações no léxico de auto-identificação do grupo. Veremos como a família Barbosa Leal desenvolveu estratégias de ascensão social.

Na virada do XVII para o XVIII, alguns membros da família tentaram ascender socialmente e aumentar seu cabedal a partir da prestação de serviços que foram recompensados com o recebimento de patentes militares e porções de terras para suas plantações de tabaco e criação de gado. Ao mesmo tempo os mais proeminentes foram admitidos como irmão de maior condição na Santa Casa de Misericórdia. Francisco Barbosa

<sup>5</sup> A acepção de *casa* na América Lusa é aqui tomada de empréstimo de João Fragoso, quando a define como sendo um “conjunto formado por parentelas, aliados, moradores, agregados e escravos. A *casa* estava também associada a auto-governo “como espaço estrutural no qual existia um chefe e, sob sua tutela uma família extensa constituída por consanguíneos, parentes rituais, clientes criados e agregados”. Respectivamente: FRAGOSO, João. Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Vol. 3: 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 161; FRAGOSO, João. O capitão João Pereira Lemos e a Parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 162.

João Fragoso tem discutido em diversos textos as estratégias e auto-representações do que ele chamou de “nobreza principal da terra” e sua atuação na capitania do Rio de Janeiro. Para o autor essa nobreza é “entendida como um grupo de descendente dos conquistadores, com mando local costumeiro, pois sem os pergaminhos de fidalguia titular do reino. Apesar disso, reivindicavam a exclusividade de partilhar com a monarquia a autoridade da capitania”. FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. (orgs.). *Na trama das redes: Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010, p. 248.

<sup>6</sup> Cf.: SAMPAIO, Antonio de Vilas Boas e. *Nobiliarquia portuguesa. Tratado da nobreza hereditária e política*. 3ª ed. Lisboa: [S. n.], 1725 [1676]. Ver, também: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia. In: HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Angela Barreto. História de Portugal. Vol. IV: O Antigo Regime. Direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1998, p. 299; STUMPF, Roberta G. *Os cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 82.

Leal, tio em primeiro grau do coronel Pedro Barbosa Leal, até então o mais destacado membro da família, começou como alferes em Cachoeira e em 25 de outubro de 1668 recebeu a patente de capitão por ter servido “a Sua Majestade nas ocasiões que se ofereceram”.<sup>7</sup> Na sua folha de serviços em 1672 constava o transporte e fornecimento de mantimentos como farinhas e carnes para as tropas do governo abater populações indígenas, além da abertura de uma estrada ligando os campos da Cachoeira para o Rio Piranhas, local onde na época havia um *front* de combate aos índios do sertão.<sup>8</sup>

A comparação da trajetória de Pedro Barbosa Leal com a de seus antepassados indica que ele foi o membro da família que chegou ao mais alto patamar na escala social de seu tempo. Indubitavelmente viveu à lei da nobreza e foi considerado um dos homens mais prestigiosos da capitania da Bahia.

Na década de 1680 o coronel Pedro Barbosa Leal já estava estabelecido no Recôncavo como senhor de engenho. Possuía consideráveis arrendamentos de terra para plantação de açúcar ao longo do Rio Tararipe e foi agraciado com sesmarias, o que indica o bom trânsito que possuía com o governo da capitania. Em 1690 recebeu 4 léguas de terra em quadrado em Sergipe D’El Rey, anos depois já possuía terras no Piauí ao longo do rio Parnaíba. Consta que nessa localidade ele fundou uma vila, estabeleceu uma ermida em homenagem a nossa Senhora de Monte Serrate, padroeira dos navegantes e possuía barcos e sumacas que entravam pela barra do Igaragu transportando carne e couro.<sup>9</sup> Em 29 de março de 1729 solicitou à coroa o envio de um ministro para fazer a demarcação dessas sesmarias que possuía na Parnaíba e com as quais estava em contenda com o coronel Garcia de Ávila Pereira.

Em 1691, recebeu quatro léguas em quadra no rio Jacaré – mirim, entre o Rio Sergipe e o rio Japarutuba, correndo para o sertão. Esta sesmaria limitava-se com a de Lourenço de Brito de Figueiredo. Nesta concessão havia a condição dele não se assenhorear de qualquer aldeia de índios que pudesse haver nas ditas terras.<sup>10</sup> Em 1693 ele escreveu uma petição ao rei solicitando que fosse nomeado por provisão um desembargador da ouvidoria para demarcar essas terras que tinha recebido dois anos antes, na freguesia de Sergipe do Conde, próximo à vila de Santo Amaro no Recôncavo baiano. A petição alegava haver confusão no uso das terras por falta de cercas que delimitasse as propriedades.<sup>11</sup> Ao longo de sua vida o coronel Pedro Barbosa Leal acumulou várias querelas que corriam na justiça. Uma delas versava sobre uma

---

<sup>7</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Patentes e Provisões (1668-1667). Vol. XII. Rio de Janeiro: [S. n.], 1929, p. 4-6.

<sup>8</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Portarias e Cartas dos Governadores Gerais. Vol. VIII. Rio de Janeiro: [S. n.], 1929, p. 117-119.

<sup>9</sup> REGO, Júnia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos Mares: História do comércio e dos comerciantes de Parnaíba. (1700-1950)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

<sup>10</sup> CAVALCANTE, João Alcides Bezerra (dir.). *Synopsis das sesmarias registradas nos livros existentes no Archivo da Thesouraria de fazenda da Bahia*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Archivo Nacional, 1931, p. 87. (Publicações do Archivo Nacional, vol. XXVII).

<sup>11</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Bahia, Luísa da Fonseca, cx. 30, doc. 3799-3800.

disputa de terras entre ele e os abades do mosteiro de São Bento.<sup>12</sup> Como sesmeiro ele foi longe, buscando expandir suas terras para criação de gado até o Maranhão.<sup>13</sup>

Em 03 de fevereiro de 1707, conseguiu uma sesmaria de uma légua de largo por três de comprido entre o rio Doce e Tocambira.<sup>14</sup> Segundo Pedro Calmon era provável que fosse das minas localizadas em Tocambira (Itacambira) a grande fortuna que Pedro Barbosa Leal deixou para sua filha após falecer.<sup>15</sup> Não há dúvidas de que ele possa ter feito certo quinhão com exploração de ouro, porém no seu inventário verifica-se que o grosso do seu cabedal era formado por engenhos em Sergipe do Conde e Cachoeira e o montante correspondente a objetos de ouro representava o ínfimo valor de dois contos de réis.<sup>16</sup> É notável, diferentemente de outros potentados, que tenha diversificado seus investimentos, inclusive com a criação de gado. É possível que essas terras amealhadas nos sertões servissem para o seu sustento e de seu bando particular no período em que estava longe de seus engenhos no Recôncavo.

De todo modo, o recebimento de terras esteve condicionado a outras estratégias de ascensão social. De acordo com Rae Flory, apesar de já ser um próspero senhor de engenho, ele mantinha outras ambições e articulou estratégias para ingressar no restrito círculo da elite local.<sup>17</sup> Em 1690, requereu e conseguiu uma patente de capitão de milícia graças aos serviços militares prestados por seu pai. Apenas quatro anos depois ele foi promovido a coronel no regimento do Sergipe do Conde. Em 1691, foi admitido como irmão de maior condição na Santa Casa de Misericórdia, tendo assumido o cargo de Provedor em 1703 e 1704.<sup>18</sup> O estudo de Rae Flory tem como foco a relação de Pedro Barbosa com o mundo dos engenhos, muito mais do que sua vida de sertanista, nessa acepção o perfil do coronel não se diferenciava muito das práticas sociais dos homens mais proeminentes da açucarocracia. Sendo assim ele além de ser um rico senhor de engenho no Recôncavo e sesmeiro de terras no sertão, mantinha poderosos negócios no tráfico de escravos e tabaco com a costa da África. Rae Flory

---

<sup>12</sup> No Livro de tomo do mosteiro consta que em 1619 os padres pediram e receberam do governo da capitania uma sesmaria de seis léguas em quadra num local chamado de serra do Jurará, sertão da capitania da Bahia, e localizado além dos limites de Sergipe do Conde. Essa querela durou várias décadas e os padres se reportaram à sua majestade, o rei D. João V, para que interferisse na questão. Cf.: Livro Velho do tomo do mosteiro de São Bento da cidade de Salvador. Documentos Históricos da Congregação Beneditina Brasileira. Vol. I. Salvador: Tipografia Beneditina, 1945, p. 3-8.

<sup>13</sup> AHU. Maranhão, cx. 17, doc. 1732; AHU. Piauí, cx. 1, doc. 44.

<sup>14</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Publicação Histórica do Arquivo Nacional*. Vol. XXVII. [S. n. t.], p. 120.

<sup>15</sup> A sugestão de Pedro Calmon pode soar como plausível, mas a pesquisa não referenda esta hipótese. CALMON, Pedro. *O segredo das minas de Prata. Novos aspectos da conquista da terra*. Tese apresentada à douta Congregação do Colégio Pedro II. 1950. Tese – Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, p. 143.

<sup>16</sup> AHU. Bahia, Avulsos, cx. 49, doc. 4350.

<sup>17</sup> Rae Flory foi pioneira ao demonstrar as trajetórias de sucesso e ascensão social para os forasteiros, especialmente através dos casamentos com mulheres pertencentes as principais famílias da nobreza da terra na Bahia. Cito em especial as trajetórias de João Lopes Fiuza e Pedro Barbosa Leal, casos analisados minuciosamente por esta autora. Conclusões semelhantes chegou Thiago Krause demonstrando a abertura da elite baiana para os forasteiros que não via problemas nas atividades de mercancia e estabelecia alianças parentais com os recém-chegados, reiterando dessa forma a manutenção política do grupo de elite, inclusive no tocante à questão do crédito. Respectivamente: RAE FLORY, Jean Dell. *Bahian Society in the Mid-Colonial Period: The Sugar Planters, Tobacco Growers, Merchants and Artisans of Salvador and the Reconcavo, 1680-1725*. 1978. Tese (Ph. D in History) - University of Texas at Austin, Austin, p. 117-124; KRAUSE, Thiago. *A formação de uma nobreza ultramarina: coroa e elites locais na Bahia seiscentista*. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 74-96.

<sup>18</sup> ESTEVES, Neuza Rodrigues (org.). *Catálogo das irmãs... Op. cit.*

ressalta que ele serviu em algumas situações de representante dos comerciantes de açúcar negociando preços em 1700. No ano de 1713 o patacho Nossa Senhora do Carmo e Santo Antônio estava licenciado para o comércio de tabaco e escravos que supriam os seus engenhos e fazendas de gado.<sup>19</sup>

Em 1690 com aproximadamente 30 anos de idade Pedro Barbosa deu entrada no pedido de familiar do Santo Ofício e em 1692 ele e sua mulher Mariana de Espinosa foram considerados aptos para a familiatura. Foi nessa década que o coronel estava iniciando os degraus de nobilitação. D. Mariana era filha de Lourenço da Rocha Moutinho, um dos homens de negócios mais influentes da cidade e seus sogros já haviam sido habilitados pelo Tribunal do Santo Ofício, portanto a familiatura era mais uma importante etapa a ser conquistada. Além disso, o Tribunal normalmente valorizava para estes cargos a posse de cabedal e a limpeza de sangue, motivo pelo qual muitos homens de negócios requisitavam a carta de Familiar, justamente para reforçar seu prestígio social.<sup>20</sup> Essa avaliação faz muito sentido no caso do coronel que possuía ascendência modesta, já que seus avós foram alfaiates e seus parentes lavradores de roça de tabaco, contudo, sua mãe tinha ascendência indígena. Foi justamente esse ponto que impediu Barbosa Leal de receber a comenda da Ordem de Cristo quando a pediu pela primeira vez em 1696. Mas por já está servindo na patente de coronel da Bahia e alegando os serviços do seu primo, o Padre Pascoal Durão de Carvalho, teve finalmente o pedido concedido.<sup>21</sup> Nesse sentido, o seu processo de nobilitação seguiu os passos usuais dos homens de seu tempo: começava com uma patente, seguido da familiatura e em alguns casos ainda era possível requerer e conseguir o hábito de alguma das ordens militares.

Ainda em 1696 ele tomou posse como vereador da Câmara de Salvador cumprindo mandato ao lado de Antônio Coelho Brandão e João de Brito e Souza.<sup>22</sup> Apesar de ter chegado a um dos mais honrosos cargos da república e ter sido nomeado contador da câmara em outubro daquele mesmo ano ele foi substituído por outro vereador e conforme atestou a ata de vereação o coronel já estava afastado de suas atividades por longo tempo. É possível que a possibilidade de prestar serviços mais relevantes à S. Majestade tenha falado mais alto diante de outros interesses.

---

<sup>19</sup> RAE FLORY, Jean Dell. *Bahian Society in... Op. cit.*, 1978, p. 117-124.

<sup>20</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005, p. 161.

<sup>21</sup> ANTT. Habilitação da Ordem de Cristo, Letra P, mç. 11, n. 59.

<sup>22</sup> Interessante notar que Rocha Pitta o autor da *História da América Portuguesa* foi nomeado no cargo de juiz da câmara naquele mesmo ano. Isso indica que além de serem contemporâneos, com certeza usufruíam de convívio social nos espaços tipicamente dominados pela nobreza da terra. É possível que essa sociabilidade tenha influenciado na forma em como Rocha Pitta em sua obra fez referências ao sertão e conseqüentemente ao conjunto de serviços prestados por Pedro Barbosa Leal à monarquia. Cf.: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*. Vol. VI: Atas da Câmara. (1684-1700). Salvador: Prefeitura Municipal, 1950, p. 303-304.

## O sertão e o atlântico na trama das redes

Àquela altura Pedro Barbosa Leal já estava em andanças pelos sertões baianos, empreendimento que lhes parecia render mais prestígio do que cumprir com as obrigações corriqueiras da câmara. Entre 8 de setembro e 19 de novembro de 1695 foi um dos principais armadores da expedição que levou D. João de Lencastre ao sertão de Itabaiana em busca de minas de salitre. Após o sucesso da expedição foi provido como administrador da fábrica de salitre para fabricação de pólvora. A fábrica funcionou por menos de uma década, após isso foi fechada pois o custo com a fabricação, transporte e trabalhadores eram mais altos do que os benefícios advindos da extração de salitre. Portanto foi entre os anos de 1690 e 1702 que ele consolidou sua experiência como sertanista. Estes anos de serviços lhes renderam em 26 de agosto de 1703 a mercê de fidalgo cavaleiro com 10\$600 réis de tença.<sup>23</sup>

Além disso, aquela expedição aproximou bastante o coronel Barbosa Leal do governador geral D. João de Lencastre, conforme atesta a carta de 1701 enviada por D. João de Lencastre:

Meu compadre do meu coração; Não quero deixar de saber novas de vosso mercê porque além da certeza de portador estimo qualquer ocasião que se ofereça para que vosso mercê conheça que em todo o tempo hei de saber aplaudir as suas notícias. As que a vosso mercê posso dar é que temos minas de ouro na Jacobina por onde andamos em que descobriu nove ribeiros o capitão Antônio Alvares Silva filho de Manoel de Oliveira Porto e vai agora o dito capitão averiguar o seu rendimento que sendo muito é grande utilidade pois ficam junto as minas do salitre para onde mandei já remeter os negros e ferramenta necessária para as oficinas, como suponho terão já passado por aí com Luiz Antunes Portugal que leva carta minha para vosso mercê. E veja meu compadre se quer do meu préstimo alguma coisa porque sempre me há de achar com grande vontade. Deus guarde a Vosso mercê e Bahia catorze de Novembro e mil e setecentos e hum// Compadre e muito amigo de Vosso mercê // Se as minas forem de rendimento havemos de ir lhe dar forma conveniente para melhor arrecadação dos quintos reais, a minha afilhada mando milhares de benções // Dom João de Lencastre// Senhor Coronel Pedro Barbosa Leal.<sup>24</sup>

Esta curta missiva inclusa entre os papéis privados de Pedro Barbosa Leal é bastante elucidativa sobre diversos assuntos referentes à jornada dos descobrimentos de ouro na Bahia, além é claro, de trazer de maneira bastante explícita o forte vínculo que unia Pedro Barbosa a um dos mais importantes oficiais régios do império. Quando D. João de Lencastre foi ao sertão o intuito era realmente prospectar, além das minas de salitre, as minas de ouro e prata. Essa carta demonstra que as inspeções em Jacobina no final do século XVII eram assuntos de interesse do governo do Estado do Brasil. Portanto, não surpreende o fato de que quando o vice-rei Vasco Fernandes chegou à Bahia em 1720 ele tenha encontrado rapidamente a pessoa certa para servir de superintendente das minas de Jacobina, ou seja, designou Pedro Barbosa Leal para ser superintendente dos distritos auríferos das minas da Bahia por que o mesmo conhecia e muito bem a área em questão.

<sup>23</sup> ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, lv. 15, fl. 314.

<sup>24</sup> INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). DL 970.3, lata 5, doc. 15, fl. 92. LEAL, Pedro Barbosa. *Autos de justificação em que são partes o capitão Manoel Francisco dos Santos superintendente das conquistas e o Coronel Pedro Barbosa Leal.*

A carta ainda explícita os vínculos de amor e amizade existentes entre ambos, pois D. João de Lencastre apadrinhou D. Úrsula de Montesserrate, filha legítima e única herdeira do coronel, a quem mandou milhares de bênçãos.<sup>25</sup> Através desse laço, portanto, o sertanista e o governador compartilhavam de um parentesco ritual que os ligavam para além das funções estratégicas ou objetivas da prestação de serviços. Mas as ligações do sertanista não param por aí e nem foi à toa que ele mantinha uma relação tão próxima com D. João de Lencastre. Na verdade, como será visto adiante, a conexão de Barbosa Leal com oficiais régios tem início anos antes, ainda no governo de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho (1690-1694), quando o mesmo ainda estava no posto de governador geral do Brasil. Essas ligações levantam alto grau probabilidade de que o sertanista integrasse a *rede governativa* com conexões imperiais que foi estudada por Maria de Fátima Gouvêa, no que pese o fato da autora, à época de seu estudo, desconhecer a trajetória do sertanista.<sup>26</sup>

Maria de Fátima Gouvêa estudou a formação de redes sociais e suas substantivas ramificações no império ultramarino português. Essa *rede governativa*, como foi denominada pela autora, era formada por funcionários régios e articulou de modo estratégico centros e periferias, mantendo-se ativa entre os anos de 1680-1730. Seu estudo contribuiu para entender na passagem do XVII para o XVIII a significativa atuação imperial de alguns indivíduos no fortalecimento da monarquia bragantina. Igualmente levantou questões sensíveis sobre as relações estabelecidas na rede que tinha dentre seus principais agentes Mendos de Foyos Pereira, Antônio Coelho Guerreiro, Câmara Coutinho, D. João de Lencastre, Luís César de Meneses e o próprio Vasco Fernandes César de Meneses.<sup>27</sup> Esses e outros indivíduos atuavam como correspondentes, procuradores e partícipes em uma extensa articulação no âmbito político e mercantil do império. Ligados pelo compartilhamento de vínculos de parentesco, amizade e clientela, acumulavam também uma sólida carreira militar e agiram de forma a reforçar seus interesses econômicos, políticos e sociais. Dessa forma ampliaram as possibilidades de prestação de variados serviços à Coroa, mas também oportunizaram a outros indivíduos fazer o mesmo. O estudo da autora destacou um dos principais traços desse tipo de articulação, qual seja, o fato de que:

Amigos e parentes relacionados com redes - ou seja, conectados a partir de diferentes tipos de laços compartilhando determinados fins e estratégias -

<sup>25</sup> Pedro Barbosa Leal foi casado com D. Mariana de Espinoza e dessa união nasceu D. Úrsula Luiza de Monserrate a 22 de outubro de 1700 na cidade da Bahia. O nascimento de Úrsula foi tido como uma grande notícia para o casal, após D. Mariana ter tido dez gestações mal sucedidas. O nome escolhido foi em homenagem à Virgem de Monserrate. Após a morte do pai em 1734, D. Úrsula investiu toda a sua herança na fundação do Convento de Religiosas da Regra da Companhia de Santa Úrsula, construída em anexo à Igreja das Mercês. O convento foi construído para receber até 50 moças das mais nobres da cidade. Para mais detalhes biográficos sobre D. Úrsula, cf.: DANTAS, Irmã Maria Teresa do Menino Jesus da Costa Pinto, Irmã. OSU. *História das Ursulinas no Brasil – I. O Convento de Nossa Senhora das Mercês*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Universidade Santa Úrsula, [s. d.]. Prefácio de 1982.

<sup>26</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima. *Redes Governativas Portuguesas... Op. cit.*, p. 155-202.

<sup>27</sup> Para ver uma pequena biografia desses indivíduos, consultar as notas bastante elucidativas em: *Ibidem*, p. 171.

potencializavam seus recursos individuais, bem como os da rede como um todo, ao cumprirem funções externas à própria rede.<sup>28</sup>

Segundo Maria de Fátima Gouvêa em 1692 quando D. João de Lencastre após concluir seu governo em Angola retornava para Portugal, ele e Coelho Guerreiro, que havia sido seu secretário de Estado, fez uma parada na Bahia. Nos quatro meses em que ficaram hospedados no Recôncavo tiveram a oportunidade de encontrar-se com Câmara Coutinho, à época governador-geral do Brasil. A estadia na Bahia oportunizou o encontro também com Gregório de Matos, além do Padre Vieira e Antonil, "tendo sido um período de grande sociabilidade entre todos esses personagens," e no qual ocorreu uma intensa mobilização para a condução de Lencastre ao governo do Brasil. Nas palavras da autora:

Ao final desta estada em Salvador, Lencastre e Coelho Guerreiro seguiram viagem para Portugal, enquanto Câmara Coutinho deu continuidade ao seu governo do Brasil. Cabe destacar importantes desdobramentos resultantes dessa temporada de convivência entre esses indivíduos. O salitre foi descoberto, as naus da Índia passaram a parar com mais frequência no porto de Salvador, deixando ficar na Bahia grandes quantidades de tecidos, outra moeda essencial no tráfico de escravos.<sup>29</sup>

Diante dessas observações é muito provável que Pedro Barbosa Leal tenha também compartilhado dessa sociabilidade e que tenha sido o homem escolhido para colaborar com a rede, defendendo os interesses do grupo nas descobertas de minas no interior. Essa hipótese está alicerçada no tom de deferência com o qual Câmara Coutinho enalteceu as investidas do coronel no labor da fábrica de salitre, mas sobretudo na disponibilidade de oferecer recompensas e na menção aos negócios das Índias.

Senhor Coronel Pedro Barbosa Leal  
Recebi a carta de vosso mercê que estimei muito, ainda que também tive o sentimento de vosso mercê não passar bem, digo não passar com a saúde que lhe desejo, mas era certo que com o trabalho que vosso mercê teve não podia deixar de diminuir a saúde. Lhe agradeço a vosso mercê muito que por mor de mim queira tornar ao serviço de Sua Majestade com mais fervor do que antes o fazia nessas minas do salitre porque é um dos maiores serviços que vosso mercê pode fazer ao dito senhor e a este Reino e assim lhe peço de novo continue, porque só assim crescemos homens de bem como vosso mercê e eu por isso lhe encareço este negócio. E porque não posso continuar-lhe esta advertência porque em março me parto pera a Índia por Vice-rei daquele Estado, veja vosso mercê se de lá quer alguma coisa em que o sirva que o farei com grande vontade. Guarde Deus a vosso mercê, Lisboa vinte e cinco de Fevereiro de mil e seiscentos e noventa e oito. Servidor de vosso mercê. Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho.<sup>30</sup>

Vale lembrar que Câmara Coutinho era "primo" de D. João de Lencastre que o substituiu no ofício de governador geral do Brasil (1694-1702).<sup>31</sup> O trecho da carta no qual ele perguntou se Barbosa Leal queria qualquer coisa da Índia, pode ser uma referência à ampliação de tratos mercantis com a criação da Companhia de Comércio da Índia, já

<sup>28</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima. *Redes Governativas Portuguesas... Op. cit.*, p. 167.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 174.

<sup>30</sup> IHGB. DL 970.3, lata 5, doc. 15, fl. 109-110. LEAL, Pedro Barbosa. *Autos de justificação... Op. cit.*

<sup>31</sup> Segundo Marília Nogueira dos Santos, Câmara Coutinho era casado com D. Constança de Portugal, prima em primeiro grau de D. João de Lencastre. Cf.: GOUVÊA, Maria de Fátima. *Redes Governativas Portuguesas... Op. cit.*, p. 170; 197.

referenciada por Fátima Gouvêa. Outra indicação de que havia uma conexão entre o sertanista e a rede governativa é o fato dele também ter recebido uma carta de 28 de fevereiro de 1698 de Mendo de Foyos Pereira informando que “e Sua Majestade está com grande satisfação do bem que vosso mercê o tem servido neste particular”.<sup>32</sup> Não há indícios de que tais acertos tenham prosperado, até porque Barbosa Leal estava mais engajado em negócios do sertão, que significava acesso as terras, as minas e acúmulo de informações preciosas sobre as áreas ainda em processo de conquista. Esse foi o grande trunfo desse sertanista, e de outros que vieram depois dele, junto às autoridades régias, pois o acúmulo de informações tornava-se cada vez mais imprescindível para a orientação das ações de conquista. Ao mesmo tempo eles capitalizavam os conhecimentos sobre novas áreas, para aproveitar o potencial econômico e simultaneamente aumentar o prestígio junto ao governo.

Diante do quadro exposto, não resta dúvida de que foi na década de 1690 que o coronel pleiteou e conseguiu as mais relevantes honrarias, entrou na rede do Câmara Coutinho e iniciou sua trajetória como sertanista. Aos poucos ele foi se tornando um “prático do sertão”. Nesse sentido é que os serviços prestados por ele e copiosamente elogiados pelos administradores régios demonstram que sertanistas e oficiais régios por vezes compartilhavam semelhante entendimento acerca do fortalecimento da monarquia em áreas onde a arquitetura institucional da Coroa ainda não estava totalmente estabelecida. Ora, para estes homens servir à Coroa significava cumprir individualmente com sua principal função social, muitas vezes literalmente à custa de suas vidas e fazendas, vide as diversas referências encontradas nas cartas sobre os danos que aquelas expedições custavam à sua saúde.

Pedro Barbosa Leal foi um homem que viveu à lei da nobreza, sua existência estava cercada de relações de *philia* com servidores régios pertencentes às mais relevantes casas nobres do reino. Tais relações foram efetivadas de acordo com a normativa de uma monarquia católica, regidas por vínculos profundos de amizade e reciprocidade, cultivados em um ambiente que os impelia a atos de colaboração e ajuda, materializados na prestação de serviços e no reconhecimento valorativo destes. Portanto poder servir, conceder uma dádiva e retribuir era um sinal de distinção social expressos em ritualizações precisas de sociabilidade. O reconhecimento de sua nobreza esteve pautado nas recorrentes expressões de deferência presentes em suas correspondências, tanto com os governadores, quanto com aqueles que ocupavam posição inferior na hierarquia que o rodeava. Como bem apontou Pedro Cardim era típico do status de nobreza a efetivação de vínculos políticos, cerne da identidade corporativa.

Mas a verdade é que os demais sectores da sociedade coetânea também assentavam, a um nível profundo, na ordem dos afectos. Eram os laços sentimentais que ditavam a identidade corporativa e a coesão interna dos grupos sócio-profissionais, como os letrados, os pintores, os grupos artesanais ou os mercadores. Entre eles vigorava, não raras vezes, uma intimidade fraternal e quase familiar, unindo os membros do mesmo universo sócio

<sup>32</sup> IHGB. DL 970.3, lata 5, doc. 15, fl. 99v. LEAL, Pedro Barbosa. *Autos de justificação... Op. cit.*

profissional, os quais partilhavam o mesmo ethos, os mesmos valores, a mesma cultura corporativa.<sup>33</sup>

O percurso de nobilitação na sociedade baiana ocorria simultaneamente ao aumento de sua expertise sobre os sertões. Em 1717 o Marquês de Angeja já se referia a ele como “pessoa muito prática naqueles sertões”.<sup>34</sup> Em 11 de junho de 1726 Pedro Leolino Mariz um outro sertanista baiano em uma carta dirigida ao vice-rei, resumiu a experiência do sertanista com as seguintes palavras: “e é para admirar como o coronel Pedro Barbosa Leal é prático em todos estes desertos, e em que lhe não escapou cousa alguma, e tudo quanto deles tem dito se acha tão certo, como se descrevera as ruas da cidade da Bahia”.<sup>35</sup> Não há dúvidas de que ele gastou muitos anos de sua vida percorrendo fronteiras incógnitas, adquirindo terras, estabelecendo negócios com gado, tabaco, escravos e depois ouro, conforme pode-se averiguar em sua correspondência pessoal, mas também como era referido por seus contemporâneos. Seu conhecimento dos caminhos que interligavam as capitanias da Bahia até o Piauí e Maranhão passando por Pernambuco foi demonstrada em suas notícias e pareceres sobre a melhor maneira da coroa administrar a arrecadação fiscal e as novas fronteiras de conquista nos sertões baianos.

### **Por entre minas e negócios: os expedientes de atuação nos distritos auríferos de Jacobina**

Desde o século XVII diversas localidades do sertão da Bahia já possuíam uma relativa ocupação demográfica em função das fazendas, sítios e roças de subsistência instaladas próximos às bacias hidrográficas, principalmente no vale do rio de São Francisco. A descoberta de ouro em 1701 e a autorização da coroa em 1720 permitindo a exploração das minas na Bahia engendraram transformações de ordem social, política e econômica na vida das populações assentadas ou itinerantes que viviam nos locais onde foram descobertas jazidas minerais. Foi ainda nesta década que as principais vilas do sertão baiano foram edificadas: Jacobina (1722), Rio de Contas (1725) e Minas Novas de Araçuaí (1730). A exploração do ouro nestas áreas mobilizou funcionários régios no sentido de prover a organização político-territorial daquele espaço, além disso, fez-se necessário a implantação de um aparelho judicial e de um sistema de arrecadação fiscal que assegurasse a hegemonia da administração portuguesa nas áreas de mineração. Em 1734 por ordem régia a comarca da Bahia da parte do Sul foi criada, mas seu efetivo funcionamento deu-se somente em 1742 quando foi enviado

---

<sup>33</sup> CARDIM, Pedro. Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. *Lusitania sacra*, 2ª série, t. 11, 1999, p. 42.

<sup>34</sup> ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC). Coleção Castro e Almeida, Livro Governo da Bahia, ano 1715-1719, cota VI-III-1-1-10, doc. 106, fl. 78-79.

<sup>35</sup> ACCIOLI, Ignácio de Cerqueira e Silva. Memórias históricas e políticas da Bahia. Anotado por Braz do Amaral. Vol. VI. Salvador: Imprensa Oficial, 1925, p. 55.

um ouvidor para a vila de Jacobina.<sup>36</sup> Tais acontecimentos possibilitaram uma multiplicidade de poderes gerados em interação com as dinâmicas locais. O funcionamento de um extenso circuito de produção econômica através do fluxo mercantil do ouro e do gado favoreceu a integração das vilas auríferas do sertão baiano à geopolítica da monarquia pluricontinental. Inevitavelmente, a atuação de oficiais régios e agentes locais modulou as condições para a existência de poderes locais em constante negociação com os poderes da coroa.<sup>37</sup>

Quando o vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses chegou à Bahia em 1720, percebeu a possibilidade de canalizar as riquezas que corriam nos ribeiros de ouro dos sertões para os cofres da Fazenda Real, encarando isso como um projeto pessoal, não somente como cumprimento de um dever de ofício. A estreiteza de vínculos com sertanistas foi uma das tônicas da administração desse vice-rei em relação à exploração de ouro no sertão baiano. Estes indivíduos, providos em patentes de ordenanças e experientes em matérias de sertão, prestaram importantes serviços nos distritos das minas e tornaram-se os olhos, ouvidos e braços do vice-rei nos mais distantes arraiais mineiros. Através da análise de um significativo volume de correspondências vislumbram-se interessantes aspectos do cotidiano do governo nas minas.

Durante toda a década de 1720 o vice-rei manteve estreitos contatos com o coronel Pedro Barbosa Leal. Na análise da comunicação política do vice-rei percebe-se o quanto o seu rigor na exigência do cumprimento de suas ordens. Estabelecer o equilíbrio social e o bom governo dos povos foi uma das prioridades nos anos iniciais de sua administração. Na correspondência administrativa com sua rede clientelar, nota-se como ele costumava ser bastante enfático no que concerne às suas expectativas e aos detalhes de como deveriam ser executados os seus projetos, isso quase sempre conferiu um tom peculiar às suas correspondências. Em uma carta enviada ao coronel Barbosa Leal pode-se vislumbrar os planos políticos intrínsecos aos seus anseios particulares para as minas. Os despachos, provisões, bandos e editais atestam um esforço de organização administrativa e econômica do sertão, denotando como a Coroa e o vice-rei possuíam grandes interesses no ouro. O indulto régio de franqueamento das minas foi um evento particularmente decisivo para a edificação das vilas auríferas.

Voltando vossa mercê dos descobrimentos em que anda, irá para a parte da freguesia a examinar os riachos, e as serras, em que estão as três betas de ouro, e agradeço a Vossa mercê mandar desentupir a mina de cobre para me remeter as suas amostras, relação dos ribeiros, serras, e lavras: e suponho que assim este trabalho, como a isenção com que Vossa Mercê se há nesta, e nas mais matérias pertença a Sua Majestade o remunerá-la, contudo, sempre me

<sup>36</sup> VIANA, Ana Carolina Barreto. Governando a periferia: A criação da Comarca de Jacobina e a atuação do ouvidor Manoel da Fonseca Brandão (1742-1747). *Anais da [...] XXIII Jornada de Iniciação Científica da UNEB*. Salvador: PPG-UNEB, 2019.

<sup>37</sup> CONCEIÇÃO, Héliida Santos. *O Sertão e o Império: As vilas do ouro na capitania da Bahia - Século XVIII*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

reconheci obrigado à sua atenção, porque deste projeto precisamente me há de resultar a maior vaidade.<sup>38</sup>

Esta passagem explicita que quando em 23 de novembro de 1720 Vasco Fernandes assumiu o governo geral do Estado do Brasil, trazia como uma das suas principais incumbências administrativas o estabelecimento de alguma ordem civil e econômica nas regiões das minas baianas. Em 2 de dezembro de 1720 o vice-rei expediu ordens para o desembargador Luiz de Siqueira da Gama nomear “duas pessoas que o possam acompanhar, com as ocupações de escrivão e meirinho” e seguir as instruções necessárias para o estabelecimento dos quintos e edificação da vila de Jacobina.<sup>39</sup> Entretanto, os planos do vice-rei de enviar um magistrado ao sertão foram frustrados, pois trinta léguas após iniciar sua jornada, o desembargador Luís de Siqueira adoeceu no caminho e foi obrigado a retornar a Salvador. Foi necessário que o vice-rei desse conta à coroa da malograda expedição e tentasse encontrar outra solução para a questão. A escolha do vice-rei recaiu sobre o coronel Pedro Barbosa Leal que em 1721 foi provido por ordem régia como superintendente de todos os distritos minerais do sertão. À época as descobertas ainda estavam restritas aos ribeiros de Jacobina e Rio de Contas. Nessa diligência, o coronel deveria encaminhar a arrecadação dos quintos desde o ano de 1720, organizar a extração do ouro, fazer a repartição das datas e criar as vilas. Portanto, já na origem do processo de criação destas vilas nota-se a peculiaridade de terem sido edificadas por um sertanista, já que por norma cabia a um magistrado essa tarefa. O imprevisto que impediu a comitiva do ouvidor da Bahia de cumprir sua missão no sertão tornou-se favorável ao vice-rei, pois através da atuação do coronel Barbosa Leal ele pôde formar uma rede clientelar nas áreas mineradoras da Bahia.

As relações de confiança e clientela eram pré-requisitos importantes para o estabelecimento de vínculos entre as elites no Antigo Regime, por isso a escolha do coronel Pedro Barbosa Leal não foi fortuita. De acordo com a retórica da época, o coronel possuía as virtudes essenciais que o credenciavam para exercer as atribuições de superintendente das minas. Nobreza, inteligência, conhecimento político, experiência e capacidade técnica eram seus atributos. Além disso, sua patente de coronel lhes conferia autoridade e habilidade para comandar homens e usar da força de coação, certamente necessária, para controlar uma região nada pacífica. Ao chegar às minas ele deveria aferir o número de pessoas que lá estavam, nomear um guarda-mor para repartir as datas, um tesoureiro para recolher os quintos e um escrivão para registrar o que se recolhesse. O vice-rei ao nomear o coronel Pedro Barbosa Leal escreveu:

Havendo já nela notícias mui confusas e opostas umas às outras, em ordem a haver ou não haver ouro na mesma Jacobina e por me parecer justo fazer todo o exame de matéria de tanta consideração, antes de executar o estabelecimento

<sup>38</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Vol. 44. Rio de Janeiro: [S. n.], 1939, p. 147. Grifos nossos.

<sup>39</sup> Carta do Vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses para o Desembargador Luiz de Siqueira da Gama a 2 de dezembro de 1720. *Apud*: COSTA, Afonso. *De como nasceu, se organizou e vive a minha cidade. Anais do [...]*. IV Congresso de História Nacional. IHGB. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951, p. 265.

da vila e seu magistrado, me resolvi a encarregar esta diligência ao coronel Pedro Barbosa Leal, em quem não só concorrem zelo, atividade e desinteresse, mas todos os demais atributos que o fazem digno da confiança que faço da sua pessoa, lhe ordeno parta prontamente para a dita Jacobina.<sup>40</sup>

No dia 06 de agosto de 1721 com a prerrogativa de exercer um poder quase que ilimitado no governo das minas, ele se encaminhou em marcha saindo da vila de Cachoeira em direção ao sertão. O caminho já era conhecido por Pedro Barbosa Leal já que, conforme foi demonstrado, duas décadas antes ele havia ido ao sertão sob a incumbência de D. João de Lencastre para servir de administrador da fábrica de salitre.

Ao chegar à Jacobina ele buscou reconhecer o terreno e identificar as serras e ribeiros de onde se extraíam ouro. Foi assim que procedeu a escolha do melhor sítio para a construção da casa de administração e dos pontos de registro de entrada e saída das minas, indicando o lugar mais adequado para erigir as sedes das vilas de Jacobina e depois a vila de Rio de Contas. Nos primeiros meses em que estava naqueles distritos, Barbosa Leal manteve ativa correspondência com o vice-rei. Estas cartas eram frequentemente enviadas por emissários que saíam do sertão em direção à Salvador, muitas vezes levando o ouro arrecadado dos quintos e também os papéis onde se narravam os acontecimentos das minas. Havia uma grande pressão por parte da administração central para a arrecadação dos direitos régios dos quintos devidos à Fazenda Real desde o ano de 1720. Em uma das cartas, ele menciona que precisou ir pessoalmente às lavras ao encontro dos mineiros para coagi-los a pagar:

vim correndo examinando todas as minas, lavras e ribeiros trazendo em minha companhia o guarda-mor, seu escrivão e tesoureiro com o cofre, por que me resolvi a vir pessoalmente principiar a cobrança dos ditos quintos pelas lavras, por entender ser de maior efeito a minha presença na consideração de estarem todos renitentes em pagar os quintos e quererem somente fazer uma convença que os desobrigasse deste encargo, mas sem embargo de todas as contrariedades que de longe me anunciavam a vista se reduziam a pagar o quinto.<sup>41</sup>

É certo que os métodos de fazer com que os mineiros pagassem os quintos não deveriam ser lá muito pacíficos, mas é certo que houve uma expressiva arrecadação nos anos em que ele esteve correndo as minas do sertão, basta dizer que quando voltou para Salvador em 1725 levava "em sua companhia quatro mil e tantas oitavas de ouro que são as que pertenciam ao quinto do ano passado vencidos no mês de julho".<sup>42</sup> Larga é a narração sobre as estratégias do coronel para fazer os mineiros depositar nos cofres do guarda-mor parte do ouro retirado das lavras de Jacobina e Rio de Contas.

Havia por parte da administração da capitania uma constante preocupação em sugerir procedimentos que viabilizassem a instauração de um corpo político nas minas. Um bom exemplo disso foi a precisa recomendação do vice-rei para que fossem indicados os homens

<sup>40</sup> COSTA, Afonso. De como nasceu, se organizou e vive a minha cidade. *Anais do [...] IV Congresso de História Nacional*. IHGB. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951, p. 204-205. Grifos nossos.

<sup>41</sup> AHU. Bahia, Avulsos, cx. 15, doc. 1338.

<sup>42</sup> IHGB. MENEZES, Vasco Fernandes Cesar de. *Códices de registro de cartas régias, provisões e requerimentos de S. Majestade e do secretário de Estado a que respondeu o Vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Menezes, conde de Sabugosa*. 1724-1726. DL 56.1-3, v. 3, fl. 11.

mais aptos da localidade para serem providos nas ordenanças. As patentes nas ordenanças, para além de todo o prestígio que suscitava, tinha também a função implicar os potentados locais na rede clientelar do vice-rei, pois seriam esses que mais tarde cumpririam com as diligências de fiscalização dos mineiros, assegurando a arrecadação dos quintos e a mínima ordem nas minas. Essa era uma via de mão dupla, pois criava espaços de nobilitação local permitindo aos homens mais proeminentes o reconhecimento de sua importância e valor perante os centros políticos de decisão, ou seja, como bem afirmou Sampaio, a monarquia delegou para as conquistas não somente a responsabilidade da defesa, mas também a obrigação de coleta de tributos, ambos os aspectos dependiam em grande medida dos arranjos locais para seu pleno funcionamento.<sup>43</sup> Desta feita, seguindo a indicação do vice-rei, cabia ao coronel Pedro Barbosa Leal indicar os indivíduos proeminentes da localidade para assumirem os principais ofícios nos distritos minerais de Jacobina.

Sem embargo de que ainda se não ache estabelecida a casa que há de servir de Câmara, contudo proporá Vossa Mercê sujeitos capazes, e idôneos para servirem as ocupações de juizes, vereadores e escrivães e mais oficiais, porque enquanto aquela não se estabelecer poderão ajuntar em alguma parte para tomarem conhecimento das causas, e mais dependências que lhe tocam, e da mesma sorte proporá vossa Mercê pessoas para os postos de coronel, tenente-coronel, sargento-mor e mais oficiais da ordenança que nesse distrito se devem criar.<sup>44</sup>

Pablo Menezes e Oliveira sugeriu que para a coroa havia um “tatear inseguro” sobre como administrar os distritos minerais, isso correspondia ao fato de que muito embora houvessem instituições governativas consolidadas no império, tais como eram as câmaras e ouvidorias, a coroa não tinha uma total previsibilidade sobre o destino das áreas de mineração. Foi dessa maneira que “a coroa assentou seus pilares ao mesmo tempo na acumulação de ‘experimentações’ administrativas, como também em sua tradição política”.<sup>45</sup> Essa tradição política calcada na arquitetura do Antigo Regime precisou sofrer adaptações, por isso chama a atenção a relevância dos serviços prestados por Barbosa Leal, ficando evidente que as relações pessoais obedeciam a uma lógica clientelar, a partir das quais os vínculos estavam organizados em torno de laços de amizade, lealdade e fidelidade, componentes indispensáveis às redes clientelares. Muito embora, essa lógica orientasse as relações entre súditos e monarquia, as mesmas também estavam inscritas no cotidiano da vida social. Esta normativa cedia lugar a “uma cadeia infinita de actos beneficiais, que constituíam as principais fontes de estruturação das relações políticas”.<sup>46</sup> Esta estrutura mental acompanhou a formação das sociedades no novo mundo, onde a ‘economia do dom’, ou seja, a tríplice obrigação de dar, receber e restituir, estavam no cerne das relações sociais. Não custa lembrar que esse ponto de vista é

<sup>43</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. António Manuel Hespanha, o Antigo Regime luso e a historiografia brasileira: notas sobre um diálogo transatlântico. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 7-14, jan.-abr. 2020.

<sup>44</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos da... Op. cit.*, p. 211.

<sup>45</sup> OLIVEIRA, Pablo Menezes e. As câmaras em Minas Gerais no século XVIII. Entre enquadramentos administrativos e desventuras tributárias. *Revista História*, São Paulo, ano 5, v. 1, n. 1, 2014, p. 98.

<sup>46</sup> HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Angela Barreto. As redes Clientelares. In: HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Angela Barreto. *História de Portugal*. Vol. IV: O Antigo Regime. Direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1998, p. 340.

pouco usual para avaliar como o sertão baiano fez-se presente no mapa geopolítico da monarquia pluricontinental.

## Notícias sobre as jornadas ao sertão

Pedro Barbosa Leal colaborou com uma tradição de escrita colonial que foi fundamental na prática e no acúmulo de informações necessárias para o conhecimento dos vastos domínios da monarquia pluricontinental. Esta seção final propõe uma breve análise das suas notícias, ricos relatos sobre suas jornadas ao sertão. De acordo com Márcio Roberto dos Santos os textos do sertanista o coloca no patamar de um proto-historiador da conquista dos sertões coloniais.<sup>47</sup> Avaliação bastante sugestiva para a análise dos escritos que se procura fazer aqui.

A segunda metade da década de 1720, período no qual ele escreveu as mais importantes notícias, foi marcada pela criação da Academia dos Esquecidos no ano de 1724.<sup>48</sup> Apesar do seu nome não figurar nas listas dos acadêmicos que frequentaram as reuniões, há significativos indícios, como a já mencionada convivência com o acadêmico Sebastião da Rocha Pitta, de que tenha sido influenciado pela sociabilidade intelectual compartilhada com seus contemporâneos. É possível que tenha estudado no Colégio dos Jesuítas e comprovadamente leu as *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil* (1668), de Simão de Vasconcelos (1596-1671), a quem pode ter conhecido ainda na infância.<sup>49</sup> Além disso, teve acesso a livros sobre a Ásia, à exemplo das *Peregrinações* (1615), de Fernão Mendes Pinto, citando trechos do livro em seus escritos, o que pode indicar que tivera acesso a melhor biblioteca da colônia sediada no Colégio da Bahia.<sup>50</sup>

<sup>47</sup> O autor considera que Pedro Barbosa Leal realizou pesquisas em documentos coevos que auxiliaram suas investidas ao sertão. As notícias que ele enviava para a administração da capitania estavam embasadas em dados recolhidos juntos às populações indígenas, tanto quanto em observações pessoais. Essa prática conferiu legitimidade aos registros que o sertanista escreveu e embora sua intenção não fosse a de produzir relatos históricos, em grande medida, pode-se encontrar nos textos do sertanista referências a acontecimentos políticos dos primeiros séculos da colonização. SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 138.

<sup>48</sup> Cf.: KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo; Salvador: Hucitec; Centro de Estudos Baianos - UFBA, 2004, p. 89-103. Um guia de fontes inestimável para o estudo dos que participaram das Academias dos Esquecidos e Renascido encontra-se publicado em: MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. Guia de fontes primárias sobre acadêmicos esquecidos e renascidos (1724/1759). *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Universidade de Coimbra, v. 44, 2010. Disponível em: [https://impactum-journals.uc.pt/bbguc/article/view/1647-8436\\_44\\_7](https://impactum-journals.uc.pt/bbguc/article/view/1647-8436_44_7). Acesso em: 20 jul. 2018; SCARPARO, Marcelo Kochenbordger. "A justiça do nosso domínio": a dimensão geopolítica na cultura historiográfica luso-americana da primeira metade do século XVIII. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

<sup>49</sup> VASCONCELOS, Simão. *Noticias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1668.

<sup>51</sup> Na notícia enviada em 1730 há uma menção a informações do império do oriente: "assim como o Imperador da china costumou fazer para impedir aos ladrões que roubavam as estradas, não seria bastante para impedir a extração do ouro, porque naquele país da China caminhavam os mercadores, e tratantes pelas estradas gerais com cáfilas carregadas de mercadorias e necessariamente os ladrões os haviam de buscar pelas estradas". Essa passagem pode ser um indicio de que ele leu a obra de Fernão Mendes Pinto. Cf.: PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Lisboa: [S. n.], 1614. A notícia pode ser encontrada em: IHGB. DL 865.1-4, v. 4, fl. 15-24. *Códices de registro de cartas e provisões de S. M. e*

O vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses foi figura fundamental para a criação da Academia Brasílica dos Esquecidos e conforme indicado foi também um importante patrocinador de Pedro Barbosa Leal e de outros sertanistas interessados em fazer novos descobrimentos minerais. A relação entre Vasco Fernandes e o sertanista era firme o suficiente para que o primeiro confiasse na capacidade de discernimento do segundo. Mediante essas contingências, cabe notar que as *notícias* que serão analisadas foram produzidas com o empenho de instruir detalhadamente as decisões que o vice-rei viria a tomar acerca da continuidade da conquista do sertão. Como sertanista ele participou dos expedientes do poder local, adquirindo posição privilegiada nas dinâmicas políticas da monarquia tanto quanto nos expedientes de conquista nas fronteiras coloniais. É nessa perspectiva que serão analisados alguns aspectos de suas *notícias*, lidas como excertos de uma narrativa histórico-política, fruto de uma longa experimentação sertaneja que foi vivenciada com acuidade e consciência da gravidade que aqueles serviços demandavam.

O espaço desse artigo só permite analisar brevemente alguns temas presentes nas cartas e relatórios, as quais formam um conjunto de cinco escritos que foram produzidos entre 1722 e 1730 como resposta às consultas do vice-rei. Para facilitar a análise esse conjunto foi denominado de *notícias*, pois em diversas circunstâncias foram referidas assim pelos interlocutores. Em 1730 escreveu uma breve carta de serviços na qual afirmava:

e atualmente está servindo a vossa majestade com as notícias e pareceres, no que é consultado pelo vice-rei do Estado do Brasil, para novos descobrimentos de ouro, diamantes e mais metais, para novas entradas e conquistas do sertão como tudo [consta] das certidões juntas.<sup>51</sup>

A primeira notícia foi escrita em 12 de novembro de 1722 na forma de um relatório, quando o sertanista estava provido como Superintendente das Minas da Bahia e fazia diligências nos distritos minerais de Jacobina e Rio de Contas.<sup>52</sup> O segundo versava sobre a conquista do sertão do rio Doce e foi escrita em 11 de julho de 1725.<sup>53</sup> Em 22 de novembro desse mesmo ano escreveu aquilo que pode ser considerado o seu testamento sertanista: uma longa narrativa contando minuciosamente a jornada de 1690, na qual buscava as indicações do roteiro das minas de prata de Melquior Dias Moreia.<sup>54</sup> Outra notícia relevante foi produzida

---

*do Secretário de Estado a que respondeu o Vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Conde de Sabugosa. 1727-1734.*

<sup>51</sup> AHU. Bahia, Avulsos, cx. 49, doc. 4350.

<sup>52</sup> AHU. Bahia, Avulsos, cx. 16, doc. 1378.

<sup>53</sup> IHGB. Arq. 2.4.8, fl. 150-155. *Index de várias notícias pertencentes ao Estado do Brasil e do que nele obrou o [vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses] no tempo do seu governo. Anos 1730-1737.*

<sup>54</sup> Documento original em: IHGB. Arq. 2.4.8, fl. 138-147. *Index de várias... Op. cit.* Uma fiel transcrição da carta pode ser encontrada em: ABREU, Capistrano. Robério Dias e as Minas de Prata, segundo novos documentos. *Revista da Sociedade de Geographia de Lisboa no Brazil*, Rio de Janeiro, 1885, p. 14-22; 66-78. Foi também publicado em: Carta do coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as várias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metálicas, desde o pretense descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreia. São Paulo, 22 nov. 1725. In: *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. Vol. XVI. São Paulo: [S. n.], 1895, p. 59-98. Apesar de ter encontrado o manuscrito, optou-se por utilizar neste artigo a versão transcrita de Capistrano de Abreu, por ser fiel ao documento original e para facilitar a localização das citações. Márcio Roberto dos Santos encontrou uma outra versão manuscrita. Cf.: [Carta], 12 nov. 1725.

em 1725 na ocasião em que foi consultado pelo vice-rei com a incumbência de avaliar quais eram os melhores locais para erigir as casas de fundição, se nas vilas do sertão ou nas cidades portuárias de Salvador, Recife e Rio de Janeiro.<sup>55</sup> E por fim, um documento inédito de 1730 no qual elaborou um parecer sobre os métodos de arrecadação dos quintos das minas baianas.<sup>56</sup> Seria muito extenso e cansativo para o leitor adentrar nas especificidades das cinco notícias, por isso muitos detalhes foram omitidos, sem contudo comprometer a acuidade sobre as informações mais relevantes.

No geral as *notícias* misturam diversos assuntos, algumas de foro pessoal, tais como as condições de saúde, ânimo sobre o estado das conquistas, nomes de indivíduos com os quais tiveram contato, recomendações militares, acontecimentos corriqueiros e o estado do cumprimento de ordens enviadas pelo vice-rei. No tocante as informações pessoais, sobressaíam as descrições sobre as condições nas quais ocorriam entradas de conquistadores ao sertão, com peculiares descrições sobre interferências antropogênicas, ou seja, a ação efetiva dos descobridores no meio ambiente, como a abertura de minas, a construção de acampamentos ou ranchos, a instalação de 'fábricas' para fundir e experimentar os minérios encontrados nas amostras de pedras retiradas dos ribeiros ou serras, o envio de amostras para confirmação, quem as retirou e as condições de realização das extrações. Estas informações não possuíam somente o caráter descritivo, havia a intenção de reportar a ação de outros indivíduos de modo que ficassem registrados na memória protocolar da Secretaria de Estado sediada em Salvador.

No âmbito das informações geográficas aparecem menções à topografia, aos nomes dos rios e serras, inclusive constando alusões aos topônimos indígenas utilizados para denominá-las; informações técnicas sobre distâncias (unidades de medidas, latitudes, longitudes); especificidades sobre tipos minerais (ouro, prata, cobre, pedras preciosas); evocou-se ainda com grande riqueza de detalhes conversas e informações colhidas com índios da região ou em outras circunstâncias, apontando os locais de territórios indígenas.

Um dos assuntos de destaque nas notícias são as informações sugerindo estratégias geopolíticas de ocupação e apreciações sobre as guerras brasílicas. As matérias militares aparecem justificadas pela primazia das guerras de conquista e necessidade de sua continuação, já que os tesouros da terra só poderiam ser acessados após afastar o gentio bárbaro que impedia o acesso dos brancos aquelas riquezas, conforme pode-se ler na seguinte passagem:

Nem os haveres destas terras se podem bem descobrir, e manifestar sem que primeiro se faça guerra ao gentio bárbaro, que as habita e senhoreia. Ver-se

---

ANTT. Manuscritos do Brasil, lv. 7, fl. 62-70v, 194-199; SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão... Op. cit.*, p. 123, nota 209.

<sup>55</sup> BN-RJ. Divisão de Manuscritos, II-31,25,009. LEAL, Pedro Barbosa. Representação questionando as ordens de erigir duas casas de fundição, uma em Jacobina e outra em Rio das Contas, explicando que isto não evita o descaminho do ouro, e sugerindo que sejam construídas em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. 11 f. Original.

<sup>56</sup> IHGB. DL 865.2. Lista de cartas e provisões de Sua Majestade e secretário de Estado ao conde de Sabugosa. fl. 15-24.

com evidência esta ideia pela experiência das Minas Gerais, do Serro do Frio, Tucambira, Rio das Contas, e Jacobina, em os quais distritos desde a criação do mundo existiram os metais, e o ouro, que no presente tempo se extrai delas, sem se manifestarem em tantos mil anos, senão depois que se conquistaram os bárbaros seus habitadores e logo que aquelas terras foram povoadas pelos brancos portugueses se descobriram e franquearam os haveres, pois sem embaraço e perigo do gentio o começaram a examinar as serras, e a socavar as terras descobrindo as minas em que atualmente se está trabalhando.<sup>57</sup>

A *notícia* mais detalhada foi escrita em 22 de novembro de 1725. Esse escrito pode ser considerado como seu 'testamento sertanista'. Nesse relato os índios aparecem como amigos e aliados dos expedicionários, pois estes haviam colaborado com o sertanista como experientes guias. A referência aos indígenas sugere que os nativos tinham assumido uma postura colaborativa à missão sertanista que deveria ser cumprida, de modo a criar uma visão edênica das relações que permeavam índios e brancos. Tal como aparece na seguinte passagem: "O que suposto, digo, segundo as tradições e notícias que tenho alcançado por homens antigos e por índios d'aqueles sertões com quem no discurso de tantas jornadas tenho tratado e pesquisado".<sup>58</sup> O conjunto dessas informações, quando cruzados e realocados produziam um certo imaginário sobre os sertões, promovendo um sentido de bem aventurança da conquista. Com isso procuravam convencer a coroa de que a melhor estratégia seria incentivar os vassallos a continuarem fazendo descobertas em troca do recebimento de mercês. A compilação de informações sobre a ecologia demonstra a interação entre os colonos e os tecidos ecológicos que produziram posições societárias que ao longo do século XVIII, transformaram os fluxos econômicos na capitania da Bahia. Os recursos ambientais do sertão e não da mata atlântica, serviram para a ampliação das fronteiras oeste do império ultramarino português, como também prestou-se à reprodução econômica e política dos meios de produção para além dos enclaves do litoral. Dessa forma nota-se a produção de uma narrativa que encadeava e organizava os elementos das sócio-ecologias sertanejas, com vistas a suprir as necessidades da administração colonial. Esta abordagem se coaduna com as conclusões de Diogo Cabral e Sarita Mota que usam o conceito de "colonial letterscape" para definir "essa cobertura escrita que representava alfabeticamente a terra e permitia a sua governação colonial".<sup>59</sup> Isto é, a produção escrita colonial serviu como fonte de representação dos ecossistemas tropicais, ao mesmo tempo em que indicava as transformações ocorridas nos territórios que sofriam a ação das conquistas.

A referida *notícia* de 22 de novembro de 1725 ainda expressava uma leitura particular da formação histórico política das conquistas na América lusa.<sup>60</sup> Este expediente transformou substancialmente uma narrativa sobre o sertão em um relato histórico de imenso valor etnográfico, construídos para consubstanciar e reatualizar as conjunturas de progressivas transformações nos territórios coloniais. A memória histórica pareceu ser a matéria que

<sup>57</sup> IHGB. Arq. 2.4.8, fl. 153v. *Index de várias... Op. cit.*

<sup>58</sup> ABREU, Capistrano. Robério Dias e... *Op. cit.*, p. 73.

<sup>59</sup> CABRAL, Diogo; MOTA, Maria Sarita. Escrita e governança socioecológica no Antigo Regime tropical. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; et al. (orgs.). *História Ambiental: Natureza, Sociedade, Fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 79-102.

<sup>60</sup> ABREU, Capistrano. Robério Dias e... *Op. cit.*

assegurava as melhores estratégias para a ocupação, administração e fiscalidade dos domínios portugueses no novo mundo. A coroa e o governo poderiam dispor de um complexo e sistemático conjunto de descrições que estavam a serviço de notificar e instruir uma espécie de “aprendizado da colonização”, tomando de empréstimo a expressão de Luiz Felipe de Alencastro.<sup>61</sup> Suas observações serviriam também para demonstrar que havia uma linha de continuidade e de avanço sistemático do governo colonial sobre os territórios, os nativos e os recursos ambientais do sertão. Por isso trata do assunto da descoberta das minas na longa duração, rememorando os descobrimentos que animaram os vassallos nos séculos XVI e XVII, demonstrando o ajustamento das ordens régias às realidades locais e destacando as peculiaridades e contingências da exploração de riquezas no império Português.

Márcio Roberto dos Santos questionou a natureza e intenção dos relatos dos sertanistas, pois os mesmos teriam sido produzidos no contexto de avanço territorial sob o mando da coroa. O autor demonstra-se cético quanto ao fato de que os escritos sertanistas não deixam entrever aspectos das escolhas individuais daqueles homens, pois as narrativas trazem a perspectiva do herói sertanista, por isso teria ocultado aspectos das ‘trajetórias erráticas’ inerentes às ações daqueles homens.<sup>62</sup> Vejamos em quais termos o autor coloca a questão:

sem dúvidas há exceções, como o relatório de Miguel Pereira da Costa, as notícias dadas aos “padres matemáticos” por sertanistas e militares, os relatos de reconhecimento de Joaquim Quaresma Delgado e as próprias cartas de Pedro Barbosa Leal, todos eles elaborados entre as décadas de 20 e 30 do século XVIII, num período em que avançava o mapeamento geográfico e o reconhecimento territorial dos sertões. Mas o que liga esses relatos escritos, exatamente em razão do crescente interesse metropolitano na geografia dos sertões, é o fato de que se originaram de expressas demandas oficiais, muitas vezes colocadas no contexto de iniciativas organizadas pelas próprias autoridades coloniais, a mando da Coroa. Relatos espontaneamente elaborados por sertanistas são raros.<sup>63</sup>

A avaliação acima parece desconsiderar que os sertanistas poderiam compartilhar de uma visão de mundo muito próxima dos altos poderes. Havia uma clara intenção nos relatos e nas ações sertanistas de produzir referências que os credenciassem simultaneamente aos poderes locais e ao centro. A intenção era reforçar os expedientes de mando e exercício de poder nas suas aéreas de atuação.<sup>64</sup> Não à toa havia uma retórica elogiosa que reiterava os vínculos de clientela entre eles e os oficiais régios. Contudo, as correspondências possuíam princípios valorativos que orientavam sempre a abordagem entre os dois pólos da comunicação, buscando ao mesmo tempo reiterar as alianças entre sertanista e governantes, mas também, explicitar o grau de hierarquia que os diferenciava. Não pode-se conceber um homem setecentista interessado em prestar serviços à coroa como sendo um homem

<sup>61</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>62</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão... Op. cit.*, p. 121.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 121-149.

<sup>64</sup> Sobre o exercício de autoridade dos poderosos do sertão, cf.: BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Cia. Ed. Nac., 1963, p. 266.

espontâneo. Aqueles homens viviam em um mundo moldado a partir de certos princípios de afetos, hierarquia e organização natural das coisas e da existência.

Tal perspectiva não foi percebida por Márcio Roberto dos Santos. A ideia que rege a pesquisa do autor é a de que o sertanismo foi mais um expediente que modulou a formação territorial do sertão. O autor considera que os serviços também eram prestados em função de uma ambição na busca por reconhecimento, materializado no recebimento de honrarias. Na expressão de Márcio Roberto dos Santos, os "homens fronteiriços", mantinham relações paradoxais com a coroa, pois muitos estavam apenas buscando seus interesses e uma forma de tornarem-se potentados, estabelecendo propriedades de criação de gado com seus escravos negros e indígenas. Por outro lado, a coroa "se escorava" nas ações privadas desses indivíduos, não havendo um compartilhamento de poder, mais uma fria troca de interesses. O ponto de vista aqui abordado vai em outra direção, pois sublinha-se que os sertanistas buscavam mais do que aumentar seu cabedal, interessava-lhes sobretudo as honrarias régias, através das quais investiam-se de autoridade sendo possível atingir status mais elevado.

Portanto mais do que meros relatórios técnicos de (re)conhecimento e descrição da realidade e das sócio-ecologias do sertão, suas *notícias* são testemunhos do seu amor à monarquia e a toda uma tradição sertanista. Através destes escritos ele rememorava a dedicação daqueles servidores do rei, mostrando a importância dos serviços e da *philia* na estruturação de todas as normas sociais, por que esse era o principal caminho que conduzia ao enobrecimento. Assim, rememorar os feitos através das crônicas históricas era uma expressão pública de reconhecimento que unia os vassallos ao monarca, como dizia Pedro Cardim, "uma ligação afectiva, estruturada pelos deveres da benevolência".<sup>65</sup>

Não eram escritas feitas para si, mas para colaborar em um projeto maior que extrapolavam as contingências pessoais e estavam em consonância com um universo normativo da *iustitia, oeconomia e monástica*.<sup>66</sup> Todas elas baseadas em critérios de honra, parentesco, amizade, clientela e serviços. Nessa acepção, os sertanistas foram servidores da coroa, mais do que meros fornecedores de índios e caçadores de tesouros. Negligenciar esse importante aspecto do universo mental dos sertanistas seria desconsiderar uma parte substancial do empenho valorativo que conduzia suas ações. Segundo Antonio Manuel Hespanha a economia do dom nas sociedades de Antigo Regime fazia parte "de um universo normativo preciso e minucioso que lhe retirava toda a espontaneidade e o transformava em unidade de uma cadeia infinita de actos beneficenciais, que constituíam as principais fontes de estruturação das relações políticas".<sup>67</sup>

Essa cadeia infinita de actos beneficenciais também atravessavam as relações entre os sertanistas, os quais apesar de estarem em diferentes posições na hierarquia de poder mantinham-se ligados entre si por trocas de amizade, gratidão e lealdade. A partir do compartilhamento de experiências, facultava-se a outros indivíduos a confiança para entrarem

<sup>65</sup> CARDIM, Pedro. Amor e Amizade... *Op. cit.*, p. 49.

<sup>66</sup> HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Angela Barreto. *História de Portugal*. Vol. IV: O Antigo Regime. Direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1998, p. 339.

<sup>67</sup> HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Angela Barreto. *História de Portugal... Op. cit.*, p. 340.

na rede e poderem igualmente prestarem serviços, como pode-se flagrar em diversas passagens da documentação, mas especialmente no trecho a seguir de uma carta de Barbosa Leal:

Quis o dito senhor [D. João de Lencastre] que eu fosse fazer aquela diligência, da qual justamente me escusei por sair de seis anos contínuos de sertão, mas prometi-lhe mandar vir o capitão-mor Damião Cosme e Manuel do Rego Pereira por quem eu a havia mandado explorar. Assim o fiz; levei-os a[o] palácio [do governo] e lhes passou as ordens necessárias que constam da secretaria e eu à minha custa os aviei.<sup>68</sup>

Era mais do que comum, pode-se dizer, mais do que necessária, a prestação de serviços entre os sertanistas e seus auxiliares, geralmente homens com patentes e alguma experiência militar. Nestas, pode-se mensurar sua vasta rede clientelar, fenômeno que de nenhum modo estava restrito aos governadores ou vice-reis e que merecia um estudo mais aprofundado. Em muitos dos casos, e esse foi especialmente o de Pedro Barbosa Leal e/ou de Pedro Leolino Mariz, (para citarmos os mais relevantes) os sertanistas eram a inoxidável ponte que unia os dois mundos: a administração central e os sertões coloniais.

O texto sobre o sertão do Rio Doce de 11 de julho de 1725, que instruía o vice-rei sobre os expedientes de conquista da região sul da Bahia entre os rios das Contas, Pardo e o rio Doce, indica claramente essa cadeia de reciprocidade entre os diligentes sertanistas. Nessa missiva ele apontava que para conquistar “o sertão da costa do mar”;<sup>69</sup> ou seja, o sul da capitania da Bahia, seria necessário instalar dois arraiais entre o rio das Contas e o rio dos Ilhéus nas partes do continente que estavam vizinhos do mar e montar mais dois arraiais entre o Rio Grande (também chamado de Jequintinhonha) e o Rio Doce. Estas bases deveriam ser fortificadas com estacadas “segundo as máximas da guerra brasílica” para proteger e sustentar as tropas que iriam combater as nações indígenas. Indicou que deveriam ser arregimentados 300 homens formados entre “os índios mansos das aldeias paulistas que se puderem agregar, e soldados pagos, e paisanos, aqueles que forem capazes de andar descalços, e de sertanejar sem mantimentos, mais que os silvestres e caçar que permitir, e der campanha”.<sup>70</sup> Após sugerir as estratégias de implantação do arraial ele procedeu à indicação dos seus comandantes:

Para o primeiro arraial de entre o rio das Contas, e dos Ilhéus são aptos, e capazes o coronel, digo os coronéis André da Rocha Pinto, e Damazo Coelho de Pinha que V. Excelência criou destinados já para este emprego. Estes com o seu arraial hão de conquistar, e franquear todo o continente que vai das minas do

<sup>68</sup> ABREU, Capistrano. Robério Dias e... *Op. cit.*, p. 70.

<sup>69</sup> Expressão até então inédita na documentação consultada com a qual se refere aos sertões Sul da capitania, pois associa duas regiões que no imaginário colonial eram opostas e concorrentes. Pode indicar uma grande intimidade com os sertões, de forma que simbolicamente poderia ser lido e traduzido tanto quanto o litoral. Sobre as variantes do emprego do termo “sertão”, ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D’El rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011, p. 74-81.

<sup>70</sup> IHGB. Arq. 2.4.8, fl. 154. *Index de várias...* *Op. cit.*

rio das Contas pelas cabeceiras de Giquiriça, Cairú, Camamu, e Ilhéus até o Jequitinhonha, ou Rio Grande.<sup>71</sup>

A escolha do rio Grande para abrigar o segundo arraial devia-se à sua posição estratégica para alcançar o que ele denominou de “sertão das cabeceiras de Porto Seguro”, através deste se chegava ao rio das Caravelas e ao rio Doce, para o qual ele sugeria:

peças capazes, e práticas no sertão, que não hão de faltar, e há alguns que se oferecem, como é o capitão mor Domingos Dias do Prado com cento e tantos homens, que tem agregados a si, e o mestre de campo Lucas de Freitas, que também entrará pela parte que se lhe determinar. Ocupando também o coronel Pedro Leolino Mariz em quem concorrem todas as circunstâncias de se fiar dele qualquer empresa por ter o seu regimento nas vizinhanças do mesmo continente.<sup>72</sup>

A notícia é uma orientação geopolítica da guerra brasílica, por isso sugeria a aplicação de recursos materiais e humanos em prol de objetivos militares, conquanto revela a rede de apoio vincada na amizade e reciprocidade, inclusive indicando os níveis de compromissos entre o vice-rei e os coronéis André da Rocha Pinto e Damazo Coelho “criados” para aquela precisa atuação.<sup>73</sup> Essa conquista deveria ser continuada aos modos como ele havia realizado no sertão do rio das Contas, Jequitinhonha e Pardo “tendo seu princípio nas serranias, donde se achão estabelecidas por mim as minas do rio das Contas e a vila de Nossa Senhora do Livramento que por ordem de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>ca</sup> fui criar”.<sup>74</sup> Dessa forma uma das principais características de suas *notícias* foi demonstrar o papel que ele ocupava na monarquia como sertanista, pois seus serviços foram tributários de uma longa tradição de expansão da soberania luso-brasílica nos domínios coloniais. Demarca-se, portanto, que nenhum nível de ação do governo abria mão desses vínculos, ao contrário, todas as questões requeriam soluções fundadas no reforço e ritualização dos afetos como normativa político-institucional.

Não há dúvidas de que Pedro Barbosa Leal era um sertanista erudito, pois dominava a prática letrada com rigor e clareza, traço diferenciador da maioria daqueles que como ele andaram em expedições e por isso pode através das *notícias* mencionadas evidenciar sua extensa rede de relações e legar para a posteridade o prestígio que adquiriu junto a monarquia. Ao morrer em 1734, Pedro Barbosa Leal era sem dúvida um dos homens mais ricos e prestigiados da Bahia. Sua fortuna foi avaliada em 350 contos de réis, dos quais 177:693\$574 foi o montante deixado para sua única e legítima herdeira D. Úrsula Luiza de Monteserrate, à época com 33 anos. Em 1735, ela escreveu uma petição à coroa solicitando autorização para criar na cidade da Bahia um convento de freiras, com a capacidade para receber até 50 moças das mais abastadas e honradas famílias daquela república. O pedido de D. Úrsula tinha o apoio do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses e do Arcebispo do Brasil, os quais escreveram cartas recomendando que Sua Majestade atendesse a solicitação

<sup>71</sup> IHGB. Arq. 2.4.8, fl. 153-154. *Index de várias... Op. cit.* Grifos nossos.

<sup>72</sup> *Ibidem*, fl. 154v.

<sup>73</sup> Uma das sugestões interessante pode ser vista na indicação da construção de um arraial na ponta da fortaleza de Morro de São Paulo que serviria de base militar tanto para a administração e abastecimento das tropas, quanto “para o recebimento das presas que se forem fazendo”. *Ibidem*, fl. 155.

<sup>74</sup> *Ibidem*, fls. 152v.

da peticionária. Contou para isso os importantes serviços prestados por seu pai ao longo de quarenta e dois anos, sete meses e dezesseis dias. O ato final da sua vida foi deixar também um legado imaterial que permitiu à sua filha construir o convento das Ursulinas no Brasil, dando início a uma das mais duradouras obras religiosas da cidade da Bahia.

## Referências

### Fontes

#### **Documentos Manuscritos**

##### *ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC)*

Coleção Castro e Almeida, Livro Governo da Bahia, ano 1715-1719, cota VI-III-1-1-10, doc. 106, fl. 78-79.

##### *ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)*

Bahia, Avulsos, cx. 15, doc. 1338; cx. 16, doc. 1378; cx. 49, doc. 4350, 4350.

Bahia, Luísa da Fonseca, cx. 30, doc. 3799-3800.

Maranhão, cx. 17, doc. 1732.

Piauí, cx. 1, doc. 44.

##### *ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT)*

Chancelaria da Ordem de Santiago, lv. 18, fl. 283-283v. Cavaleiro de Santiago em 8 jun. 1674

Habilitação da Ordem de Cristo, Letra P, mç. 11, n. 59.

Manuscritos do Brasil, lv. 7, fl. 62-70v, fl. 194-199.

Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, lv. 15, fl. 314.

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Pedro, mç. 10, doc. 256.

##### *BIBLIOTECA NACIONAL - RIO DE JANEIRO (BN-RJ)*

Divisão de Manuscritos, II-31,25,009. LEAL, Pedro Barbosa. *Representação questionando as ordens de erigir duas casas de fundição, uma em Jacobina e outra em Rio das Contas, explicando que isto não evita o descaminho do ouro, e sugerindo que sejam construídas em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.*

##### *INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB)*

DL 865.1-4, v. 4, fl. 15-24. *Códices de registro de cartas e provisões de S. M. e do Secretário de Estado a que respondeu o Vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Conde de Sabugosa. 1727-1734.*

DL 865.2, fl. 15-24. Lista de cartas e provisões de Sua Majestade e secretário de Estado ao conde de Sabugosa.

DL 970.3, lata 5, doc. 15, fl. 109-110. LEAL, Pedro Barbosa. *Autos de justificação em que são partes o capitão Manoel Francisco dos Santos superintendente das conquistas e o Coronel Pedro Barbosa Leal. Salvador, 30 de outubro de 1730.*

Arq. 2.4.8, fl. 138-147. *Index de várias notícias pertencentes ao Estado do Brasil e do que nele obrou o [vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes] no tempo do seu governo. Anos 1730-1737.*

DL 56.1-3, v. 3, fl. 11. MENEZES, Vasco Fernandes Cesar de. *Códices de registro de cartas régias, provisões e requerimentos de S. Majestade e do secretário de Estado a que respondeu o Vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Menezes, conde de Sabugosa. 1724-1726.*

### **Documentos Impressos**

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*. Vol. VI: Atas da Câmara. (1684-1700). Salvador: Prefeitura Municipal, 1950.

ARQUIVO NACIONAL. *Publicação Histórica do Arquivo Nacional*. Vol. XXVII. [S. n. t.].

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Vol. 44. Rio de Janeiro: [S. n.], 1939.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Patentes e Provisões (1668-1667). Vol. XII. Rio de Janeiro: [S. n.], 1929.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Portarias e Cartas dos Governadores Gerais. Vol. VIII. Rio de Janeiro: [S. n.], 1929.

Carta do coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as várias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metálicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreia. São Paulo, 22 nov. 1725. In: *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. Vol. XVI. São Paulo: [S. n.], 1895, p. 59-98.

Carta do Vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses para o Desembargador Luiz de Siqueira da Gama a 2 de dezembro de 1720. *Apud*: COSTA, Afonso. De como nasceu, se organizou e vive a minha cidade. *Anais do [...] IV Congresso de História Nacional*. IHGB. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

Livro Velho do tombo do mosteiro de São Bento da cidade de Salvador. *Documentos Históricos da Congregação Beneditina Brasileira*. Vol. I. Salvador: Tipografia Beneditina, 1945.

PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Lisboa: [S. n.], 1614.

VASCONCELOS, Simão. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1668.

### **Bibliografia**

ABREU, Capistrano. Robério Dias e as Minas de Prata, segundo novos documentos. *Revista da Sociedade de Geographia de Lisboa no Brazil*, Rio de Janeiro, 1885.

ACCIOLI, Ignácio de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Anotado por Braz do Amaral. Vol. 2. Salvador: Imprensa Oficial, 1925.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIANA, Ana Carolina Barreto. Governando a periferia: A criação da Comarca de Jacobina e a atuação do ouvidor Manoel da Fonseca Brandão (1742-1747). *Anais da [...] XXIII Jornada de Iniciação Científica da UNEB*. Salvador: PPG-UNEB, 2019.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Cia. Ed. Nac., 1963.

CABRAL, Diogo; MOTA, Maria Sarita. *Escrita e governança socioecológica no Antigo Regime tropical*. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; et al. (orgs.). *História Ambiental: Natureza, Sociedade, Fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

- CALMON, Pedro. *O segredo das minas de Prata. Novos aspectos da conquista da terra*. Tese Apresentada à douta Congregação do Colégio Pedro II. 1950. Tese – Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.
- CARDIM, Pedro. Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. *Lusitania sacra*, 2ª série, t. 11, 1999.
- CAVALCANTE, João Alcides Bezerra (dir.). *Synopsis das sismarias registradas nos livros existentes no Archivo da Thesouraria de fazenda da Bahia*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Archivo Nacional, 1931. (Publicações do Archivo Nacional, vol. XXVII).
- CONCEIÇÃO, Héli da Santos. *O Sertão e o Império: As vilas do ouro na capitania da Bahia - Século XVIII*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- COSTA, Afonso. De como nasceu, se organizou e vive a minha cidade. In: *Anais do [...] IV Congresso de História Nacional. IHGB*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa nacional, 1951.
- DANTAS, Irmã Maria Teresa do Menino Jesus da Costa Pinto. OSU. *História das Ursulinas no Brasil – I. O Convento de Nossa Senhora das Mercês*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Universidade Santa Úrsula, [s. d.].
- ESTEVES, Neuza Rodrigues (org.). *Catálogo dos irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Salvador: Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1977.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D'El rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- FRAGOSO, João. Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Vol. 3: 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FRAGOSO, João. O capitão João Pereira Lemos e a Parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. (orgs.). *Na trama das redes: Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010.
- COSTA, Afonso. Genealogia baiana ou o Catálogo Genealógico de fr. Antônio de S. Maria Jaboatão, adaptado e desenvolvido por Afonso Costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 191, p. 3-279, abr.-jun. 1946. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes Governativas Portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na Trama das redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Angela Barreto. *História de Portugal*. Vol. IV: O Antigo Regime. Direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1998.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo; Salvador: Hucitec; Centro de Estudos Baianos – UFBA, 2004.

- KRAUSE, Thiago. *A formação de uma nobreza ultramarina: coroa e elites locais na Bahia seiscentista*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia. In: HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Angela Barreto. *História de Portugal*. Vol. IV: O Antigo Regime. Direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1998.
- MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. Guia de fontes primárias sobre acadêmicos esquecidos e renascidos (1724/1759). *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Universidade de Coimbra, v. 44, 2010. Disponível em: [https://impactum-journals.uc.pt/bbguc/article/view/1647-8436\\_44\\_7](https://impactum-journals.uc.pt/bbguc/article/view/1647-8436_44_7). Acesso em: 20 jul. 2018.
- OLIVEIRA, Pablo Menezes e. *As câmaras em Minas Gerais no século XVIII. Entre enquadramentos administrativos e desventuras tributárias*. *Revista História*, São Paulo, ano 5, v. 1, n. 1, p. 97-122, 2014.
- RAE FLORY, Jean Dell. *Bahian Society in the Mid-Colonial Period: The Sugar Planters, Tobacco Growers, Merchants and Artisans of Salvador and the Reconcavo, 1680-1725*. 1978. Tese (Ph. D. in History) - University of Texas at Austin, Austin.
- REGO, Júnia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos Mares: História do comércio e dos comerciantes de Parnaíba. (1700-1950)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. António Manuel Hespanha, o Antigo Regime luso e a historiografia brasileira: notas sobre um diálogo transatlântico. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 7-14, jan.-abr. 2020.
- SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SCARPARO, Marcelo Kochenbordger. "A justiça do nosso domínio": a dimensão geopolítica na cultura historiográfica luso-americana da primeira metade do século XVIII. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Ser Nobre na colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- SAMPAIO, Antonio de Vilas Boas e. *Nobiliarquia portuguesa*. Tratado da nobreza hereditária e política. 3ª ed. Lisboa: [S. n.], 1725 [1676].
- STUMPF, Roberta G. *Os cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.